

3. ALÉM DA CULPA: justiça restaurativa para adolescentes

(O resumo se refere ao projeto de extensão de mesmo nome)

Ellen Cristina Carmo Rodrigues
Leandro Oliveira Silva
Gabriela de Souza Teixeira de Vasconcellos
Mariana Gaudereto Sena

Palavras-chave: extensão acadêmica; Justiça Juvenil; ato infracional; Justiça Restaurativa

O presente trabalho visa apresentar os resultados alcançados no Além da Culpa: Justiça Restaurativa para adolescentes em conflito com a lei, que consiste em um projeto de extensão acadêmica realizado mediante convênio entre a Faculdade de Direito da UFJF e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e tem por objetivo a aplicação das técnicas da Justiça Restaurativa nos processos de apuração de atos infracionais e/ou execução de medidas socioeducativas que tramitam na Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora/MG. O projeto, que está em execução desde 2015, registra mais de cem círculos restaurativos concluídos, além de fóruns, seminários e cursos de capacitação sobre o tema. Os resultados já alcançados se mostraram majoritariamente positivos, o que estimula esforços para o fortalecimento e a expansão da utilização da metodologia da Justiça Restaurativa na resolução de conflitos criminais, bem como impulsiona a necessidade de repensar o modelo de Justiça Retributiva tradicionalmente praticado no Brasil, tendo em vista sua deficiência no trato das relações humanas.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Vera Malaguti. A juventude na criminologia. In: BOCAUYVA, Helena & NUNES, Sílvia Alexim (Org.). Juventudes, subjetivações e violência. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 91-99.

_____. A criminalização da juventude popular no Brasil: histórias e memórias de luta na cidade do Rio de Janeiro. BIS – Boletim do Instituto de Saúde, v. 44, p. 19-22, abr. 2008.

_____. Adeus às ilusões "re". In: COIMBRA, Cecilia Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Livia do. (Org.). Pivetes: Encontros entre a psicologia e o judiciário. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008, p. 195-199.

_____. Filicídio. In: RIZZINI, Irene; CORONA, Ricardo Fletes; ZAMORA, Maria Helena; NEUMANN, Mariana Menezes. (Org.). Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe: relações indissociáveis?. Rio de Janeiro: Quatro Irmãos/FAPERJ, 2006. p. 253-260.

_____. Dífceis ganhos fáceis - drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2003.

BRASIL. Lei 12594/2012, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm>. Acesso em: 18 maio 2015.

_____. Lei nº 8069/1990, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado, 1988. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010). Disponível na íntegra em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 3 maio 2015.

DÜNKEL, Frieder; HORSFIELD, Philip & PĂROȘANU, Andrea (Orgs.). European research on Restorative Juvenile Justice. Vol. I. Research and Selection of the Most Effective Juvenile Restorative Justice Practices in Europe: Snapshots from 28 EU Member States. Bruxelas: International Juvenile Justice Observatory, 2015.

RAMÍREZ, Juan Bustos. El Derecho Penal del Niño-Adolescente. Estudio de la Ley de Responsabilidad Penal del Adolescente. Santiago: Salesinos Impresores S.A., 2007.

RODRIGUES, Ellen. A Justiça Juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente: rupturas, permanências e possibilidades. Rio de Janeiro: Revan, 2017.